

FORMAÇÃO EM RESIDÊNCIAS MULTIPROFISSIONAIS EM SAÚDE: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL CRÍTICA (2005–2022)

Luciana Camêlo de Albuquerque¹
Pedro Miguel dos Santos Neto²

RESUMO: Este artigo analisa os documentos normativos e institucionais que regulamentam e orientam a formação nos Programas de Residência em Área Profissional da Saúde no Brasil, entre 2005 e 2022. Por meio de análise documental, identificou-se uma predominância de orientações alinhadas à pedagogia das competências, marcadas pela valorização da prática e da formação técnica, em detrimento de fundamentos políticos e filosóficos críticos. O estudo contextualiza essas diretrizes no marco das transformações políticas e econômicas, especialmente os avanços e retrocessos vinculados ao avanço das políticas neoliberais na saúde e na educação brasileiras.

Palavras-chave: Análise documental. Formação técnica. Programas de Residência.

ABSTRACT: This article analyzes the normative and institutional documents that regulate and guide training in Brazil's Multiprofessional Health Residency Programs (PRMS) between 2005 and 2022. Through documentary analysis, a predominance of guidelines aligned with competency-based pedagogy is identified, marked by the appreciation of practice and technical training to the detriment of critical political and philosophical foundations. The study contextualizes these guidelines within the framework of political and economic transformations, especially the advances and setbacks linked to the rise of neoliberal policies in Brazilian health and education.

Keywords: Document analysis. Technical training. Residency programs.

INTRODUÇÃO

A formação de profissionais de saúde no Brasil sempre esteve intrinsecamente ligada aos contextos históricos, políticos e sociais do país. Com a criação do Sistema Único de Saúde

¹Mestre em Saúde Pública e Doutoranda em Saúde Pública pela Fiocruz-PE.

²Doutor em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz, orientador.

(SUS) em 1988, consolidou-se uma proposta de saúde pública universal, integral e equitativa, que exige profissionais capazes de atuar de forma crítica e comprometida com a transformação social. Nesse cenário, os Programas de Residência em Área Profissional da Saúde surgem como dispositivos estratégicos para a consolidação do SUS, ao promoverem a articulação entre trabalho, ensino e serviço em um processo formativo que se pretende integrado, ético e humanizado.

Entretanto, a conformação histórica dos Programas de Residência em Área Profissional da Saúde, a partir de sua regulamentação em 2005, evidencia tensões entre projetos formativos distintos. Por um lado, há um discurso oficial que enfatiza a formação crítica, interprofissional e comprometida com a realidade social; por outro, observa-se, na prática normativa e nos documentos orientadores, a prevalência de modelos pedagógicos marcados por racionalidades instrumentais e tecnocráticas. Tal contradição não é acidental, mas expressão do avanço do projeto neoliberal sobre as políticas públicas, que reconfigura as finalidades da educação e da saúde sob os princípios da eficiência, da produtividade e da competitividade.

No campo educacional, esse avanço se materializa na adoção crescente da pedagogia das competências, que desloca o foco da formação do conhecimento sistematizado para o desenvolvimento de habilidades e atitudes voltadas para a empregabilidade. Essa perspectiva, embora revestida de um discurso de inovação pedagógica, ignora as determinações estruturais das desigualdades sociais e contribui para o esvaziamento do conteúdo político das formações, moldando profissionais aptos à adaptação ao sistema, mas não à sua transformação (DUARTE, 2012).

No caso das residências em Área Profissional da Saúde, tal lógica se expressa em currículos predominantemente voltados à prática, em abordagens formativas centradas na experiência do sujeito e na aprendizagem ativa, e em diretrizes que desconsideram ou minimizam a mediação dos conteúdos científicos, filosóficos e sociais. Ocorre, assim, um processo de despolitização da formação, no qual a dimensão crítica é substituída por um pragmatismo funcional.

Diante desse cenário, torna-se urgente problematizar os fundamentos pedagógicos que orientam a formação nos Programas de Residência em Área Profissional da Saúde. Este artigo, portanto, tem como objetivo analisar criticamente os documentos normativos, políticos e pedagógicos que regulamentam esses programas entre 2005 e 2022, buscando identificar as

concepções de formação neles presentes e suas implicações para o projeto ético-político da Reforma Sanitária. Parte-se da hipótese de que tais documentos estão atravessados por uma racionalidade neoliberal, expressa na hegemonia da pedagogia das competências, no esvaziamento do conteúdo político-pedagógico e na fragmentação da formação.

A análise é orientada pelo referencial da Pedagogia Histórico-Crítica, que concebe a educação como um processo de mediação entre os saberes sistematizados historicamente e os sujeitos em formação, tendo como horizonte a emancipação humana e a transformação da realidade social (SAVIANI, 2009). Ao tensionar a pedagogia das competências com esse referencial, busca-se contribuir para a construção de uma crítica fundamentada às diretrizes formativas que têm orientado as residências em saúde, reafirmando a centralidade do conhecimento, da mediação docente e da formação omnilateral na educação dos profissionais do SUS.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma análise documental qualitativa, em documentos normativos e institucionais, publicados entre 2005 e 2022. Foram incluídas leis, portarias interministeriais, resoluções da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde (CNRMS), documentos institucionais do Ministério da Saúde e Projetos Político-Pedagógicos de programas de residência. A análise foi orientada por três categorias principais: (1) objetivos da formação; (2) concepção pedagógica; e (3) metodologia formativa. Também foi considerado o contexto político de formulação das políticas, bem como os vocábulos utilizados, conforme abordagem de Frigotto e Ciavatta (2003), que reconhecem o papel das palavras na construção de sentidos ideológicos. A investigação utilizou a técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2011), com ênfase na identificação de recorrências, omissões e sentidos atribuídos à formação dos residentes.

3

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram analisados 17 atos normativos, diretrizes e orientações que regulamentam os Programas de Residência em Área Profissional da Saúde entre 2005 e 2022 (quadro 1).

Quadro 1 – Análise dos documentos normativos dos Programas de Residência em Área Profissional da Saúde (2005–2022), quanto às características pedagógicas

Nº	Documento	Característica pedagógicas
1	Lei nº 11.129/2005	Formação voltada ao mercado; ênfase na empregabilidade;
2	Portaria Interministerial nº 2.117/2005	Educação pelo trabalho; negação de vínculo empregatício
3	Portaria Interministerial nº 2.118/2005	Relação entre educação e mercado; pedagogia das competências
4	Livro MS (2006) – Experiências RMS	Centralidade do aluno; pedagogia do fator de exposição
5	Portaria nº 45/2007	Sujeito como protagonista; práticas valorizadas; ausência de base teórica explícita
6	Portaria nº 506/2008	Carga horária intensificada (60h); formação subordinada ao trabalho
7	Portaria nº 593/2008	Organização e funcionamento técnico da CNRMS; sem ênfase pedagógica clara
8	Portaria nº 1.077/2009	Ênfase em competências compartilhadas e cenários de aprendizagem;
9	Resolução nº 03/2010	80% prática, 20% teoria; desvalorização da teoria; formação técnica instrumental
10	Portaria nº 1.320/2010	Organização institucional; manutenção das diretrizes anteriores
11	Portaria nº 16/2011	Manutenção de diretrizes voltadas à prática
12	Resolução nº 01/2012	Criação de Câmaras Técnicas; foco organizacional e técnico
13	Resolução nº 02/2012	Elaboração de PP técnico; exclusão do termo ‘político’; formação orientada para o mercado
14	Resolução nº 05/2014	Reforça predomínio das atividades práticas; pedagogia das competências
15	Resolução nº 07/2014	Integração curricular sem base epistemológica; ausência de diretrizes teóricas
16	Plano Nacional de Fortalecimento das Residências (2021)	Ênfase técnica e instrumental; ausência do papel docente;
17	Projeto Político Pedagógico PRMSC-Redes (2022)	Orientação técnico-metodológica; despolitização da formação; ausência de fundamentos filosóficos

O período analisado (2005–2022) coincide com transformações significativas no cenário político e econômico brasileiro, com impacto direto nas políticas públicas e na formação em saúde. A criação dos Programas de Residência em Área Profissional da Saúde, inicialmente alinhada a diretrizes progressistas de fortalecimento do SUS e da educação crítica em saúde, ocorre em um momento de ampliação do papel do Estado na indução de políticas sociais. No

entanto, a partir de 2016, com o avanço de políticas de austeridade e do ideário neoliberal (REIS, PAIM, 2021; DANTAS, 2017) observa-se um esvaziamento do projeto político-pedagógico crítico que havia orientado sua institucionalização. Essa inflexão repercute na redução do financiamento, na fragmentação das diretrizes formativas e no enfraquecimento da perspectiva de formação omnilateral⁷. O processo de 'apassivamento' da Reforma Sanitária Brasileira (BRAVO; 2018) e a ênfase na produtividade e eficiência, típicas do gerencialismo neoliberal, reverberam nos programas de residência, que passam a priorizar competências operacionais em detrimento da formação crítica e transformadora⁹. Assim, a análise dos documentos normativos evidencia tanto avanços como contradições no percurso das residências, revelando a disputa entre um projeto emancipador e outro tecnocrático, adaptado às lógicas de mercado e à flexibilização do trabalho em saúde.

A análise permitiu identificar a predominância de uma concepção formativa centrada no paradigma das competências. Esse paradigma, embora amparado em princípios como a interdisciplinaridade e o aprendizado significativo, revela-se, na prática, marcado por uma lógica funcionalista e pragmática, que privilegia o desempenho de tarefas e a resolução de problemas imediatos, em detrimento da formação crítica, teórica e omnilateral (SAVIANI, 2008).

Constatou-se, por exemplo, que os documentos analisados enfatizam a prática como eixo estruturante da formação. Ainda que o trabalho seja reconhecido como princípio educativo, a ausência de uma mediação teórica densa, pautada em conteúdos estruturantes e no desenvolvimento do pensamento crítico, compromete o alcance de uma formação verdadeiramente transformadora. A centralidade conferida às metodologias ativas e ao protagonismo discente, sem uma clara vinculação aos fundamentos epistemológicos e pedagógicos da formação crítica, indica a influência de um ideário pedagógico alinhado à racionalidade neoliberal.

Outro aspecto identificado foi a fragilidade do papel pedagógico das instituições formadoras e das coordenações de programa. Em muitos casos, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) apresenta descrições genéricas dos objetivos da formação, sem explicitar as finalidades educacionais, os fundamentos teóricos que orientam o processo formativo ou os compromissos político-sociais do programa. Essa lacuna tende a esvaziar o potencial emancipador da formação,

subordinando-a a exigências operacionais e à lógica da produtividade, em consonância com os imperativos do mercado e da gestão por resultados.

Além disso, a análise evidenciou a escassa problematização sobre as condições concretas de realização da formação no cotidiano dos serviços. Os documentos pouco abordam as contradições do SUS, a precarização do trabalho em saúde, as desigualdades regionais ou os limites estruturais enfrentados pelas equipes e residentes. Com isso, constrói-se uma imagem idealizada da prática profissional, descolada da realidade concreta e das lutas históricas que marcam o campo da saúde coletiva.

Tais achados indicam que, embora os Programas de Residência em Área Profissional da Saúde estejam inseridos no projeto de fortalecimento do SUS, há uma assimetria entre a intencionalidade política de formação crítica e a materialidade normativa que regula os programas. A hegemonia da pedagogia das competências, o esvaziamento do conteúdo político-pedagógico e a ausência de diretrizes formativas alicerçadas na crítica social e na tradição histórico-dialética configuram um cenário de despolitização e adaptação técnica.

Sob a luz da Pedagogia Histórico-Crítica, é possível afirmar que a formação nos Programas de Residência apresenta fragilidades quanto à sua fundamentação, especialmente no que diz respeito à compreensão do conhecimento como mediação essencial para a emancipação dos sujeitos. A educação dos profissionais de saúde deve ultrapassar o imediatismo da prática e promover a apropriação dos saberes sistematizados, capazes de desvendar a realidade e transformá-la (SAVIANI, 2017). Isso implica revisitar os marcos teóricos e pedagógicos que orientam os programas, incorporando os fundamentos da crítica marxista e da educação omnilateral como horizonte ético-político da formação.

Portanto, os resultados desta análise apontam para a urgência de reconstruir os sentidos da formação nas residências multiprofissionais, superando o reducionismo pragmático e recolocando o projeto emancipador da Reforma Sanitária no centro da formação em saúde.

CONCLUSÕES

A análise documental evidenciou a presença de uma racionalidade pedagógica marcada pela hegemonia da pedagogia das competências, em detrimento de uma formação crítica e omnilateral. Essa constatação aponta para uma tensão estrutural entre o discurso político-

institucional de fortalecimento do SUS e as diretrizes pedagógicas que, em muitos casos, reproduzem uma lógica tecnocrática e adaptativa ao mercado.

Embora os documentos mencionem a interprofissionalidade, a integralidade do cuidado e a articulação ensino-serviço como princípios orientadores, o esvaziamento do conteúdo político e a ausência de uma fundamentação teórica consistente comprometem a efetividade dessas diretrizes. A prevalência de metodologias ativas desprovidas de base crítica, aliada à fragilidade dos Projetos Político-Pedagógicos, contribui para uma formação centrada na experiência e na operacionalização de tarefas, distanciando-se do projeto de transformação social que orienta o SUS.

Nesse sentido, é urgente revisitar os fundamentos pedagógicos dos PRAPS, resgatando a centralidade do conhecimento científico, filosófico e histórico como mediação essencial para a formação de profissionais capazes de compreender criticamente a realidade e de intervir sobre ela. A Pedagogia Histórico-Crítica oferece elementos potentes para esse resgate, ao conceber a educação como prática social intencional voltada à emancipação humana e à superação das desigualdades.

Reafirmar o compromisso dos programas de residência com a Reforma Sanitária Brasileira exige, portanto, uma inflexão teórico-política na condução dos processos formativos. É preciso superar o reducionismo pragmático das competências e recolocar a formação dos trabalhadores da saúde como instrumento de luta pela democracia, pela justiça social e pela efetivação do direito universal à saúde.

7

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. 1. ed. rev. e ampl. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRAVO, M. I. S.; PELAEZ, E. J.; PINHEIRO, W. N. As contrarreformas na política de saúde do governo Temer. *Argumentum*, Vitória, v. 10, n. 1, p. 9–23, 2018.
- DUARTE, N. O bezerro de ouro, o fetichismo da mercadoria e o fetichismo da individualidade. In: DUARTE, N. *Crítica ao fetichismo da individualidade*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2012. p. 1–17.
- DUARTE, N. As pedagogias do “aprender a aprender” e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento. In: FERREIRA, N.; FERREIRA, S. (org.). *Educação e sociedade: reflexões filosóficas*. São Paulo: Cortez, 2001. p. 133–150.



FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado? *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 45–60, mar. 2003.

DANTAS, A. V. *Do socialismo à democracia: tática e estratégia na Reforma Sanitária Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2017.

REIS, C. R.; PAIM, J. S. A Reforma Sanitária Brasileira durante os governos Dilma: uma análise da conjuntura. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 130, p. 563–574, jul./set. 2021.

SAVIANI, D. *Escola e democracia*. 41. ed. Campinas: Autores Associados, 2009.

SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 13. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica, educação e revolução. In: ORSO, P. J.; MALANCHEN, J.; CASTANHA, A. P. (org.). *Pedagogia histórico-crítica: desafios e perspectivas para uma educação transformadora*. Campinas: Autores Associados, 2017. p. 13–32.